

## PREFÁCIO

Esta é uma obra cujo tema se justifica e que, neste caso, constitui uma oportunidade para usufruirmos de um conjunto de textos cuja pertinência contribui para afirmar a importância da mesma. Num tempo em que se pilha e chacina em nome do respeito pelos Direitos Humanos precisamos de reflexões que, como aquelas que se partilham neste livro, nos ajudem a olhar para este tema, para além do proselitismo de circunstância que, quantas vezes, se limita a proclamar o que, na verdade, acaba por negar.

Daí a importância desta publicação que nos oferece textos que poderão ser organizados em função de três categorias. Na primeira dessas categorias, assiste-se a um investimento que visa desconstruir a utilização politicamente inócua do conceito de Direitos Humanos, denunciando a sua instrumentalização em função da qual se promove uma abordagem minimalista do mesmo. Na segunda categoria apresenta-se e reflete-se sobre projetos que se desenvolvem em nome da genuína preocupação com os direitos sonegados a pessoas que se enquadram em grupos sociais tendencialmente excluídos. Na terceira e última categoria partilham-se reflexões específicas que permitem compreender melhor a transversalidade do conceito e das preocupações políticas, sociais e culturais que o convocam.

Torna-se possível, assim, defrontarmo-nos com abordagens das mais diversas áreas do saber, como é o caso da Filosofia, da Pedagogia, do Direito e das Ciências Políticas que, em comum, nos mostram os equívocos hipócritas, o desprezo subentendido pelos outros ou a visão colonial latente que contribuem, de um modo geral, para esvaziar o potencial democrático dos compromissos plasmados na proposta através da qual se definem um conjunto de direitos que deveriam dizer respeito a todos os seres humanos.

Sendo este um livro que se constrói para estimular uma reflexão de natureza educativa, vale a pena estar atento às mensagens com que o mesmo nos confronta, nomeadamente as que têm a ver com o estatuto dos Direitos Humanos como objeto de educação. Provavelmente, este é um dos debates mais decisivos para o qual o livro e os seus textos nos alertam, o de saber se os Direitos Humanos deverão ser tema ou condição educativa de primeira grandeza. Eu pertencço ao número daqueles que preferem a segunda opção porque receio que a mobilização dos Direitos Humanos como um tema entre outros temas possa contribuir para justificar aulas de catequese cívica que poderão contribuir, apenas, para fabricar seres tão bem pensantes quanto hipócritas que, afinal, aprendem “o que é a valer e o que não é, o que é a sério e o que é faz de conta” (BENAVENTE, 1993, p. 328)<sup>1</sup>. Assim, abrem-se as portas para corromper o conceito, do ponto de vista das suas implicações po-

<sup>1</sup> Benavente, Ana (1993). Educação, participação e democracia: Valores e práticas na instituição escolar. *Análise Social 3 (XI)*, 325-333.

líticas, sociais e culturais, o que explica o conjunto de denúncias que os textos desta coletânea produzem quanto ao processo de despolitização do conceito de Direitos Humanos.

Ao contrário, eleger os Direitos Humanos como condição educativa estruturante que, por exemplo, no caso da Escola, subjaz ao modo como se planeja e se tomam decisões curriculares, à organização dos ambientes de trabalho, de forma a potenciar a participação, a cooperação e a autonomia solidária dos alunos, ou à identificação de desafios, de recursos e, caso seja necessário, de apoios, tendo em conta que as singularidades dos alunos, mais do que um problema, são um desafio a respeitar e a transformar em oportunidade educativa. Para além disso, os Direitos Humanos como eixo educativo transversal e objetivo terá de afetar necessariamente o desenvolvimento de projetos de avaliação que se afirmem mais pelos desafios de aprendizagem que suscitam do que pela seletividade acadêmica que promovem. Se se alargar a utilização do conceito de Direitos Humanos à gestão das escolas e às políticas educativas torna-se possível compreender as vantagens de entender este conceito como condição ou fator nuclear subjacente ao trabalho educativo que se promove.

Diria, para acabar, que este livro pode e deve constituir fonte de inspiração quer da reflexão quer da ação dos seus leitores, uma vez que esta reflexão e ação não só necessitam de ser estimuladas como de contribuir para que enfrentemos os nossos equívocos, os nossos mal-entendidos e as nossas angústias, o que constitui uma condição para nos envolvermos em iniciativas que ao permitirem contrariar a barbárie nos permitam, a todas e a todos, assumir uma humanidade mais plena.

Gondomar, 4 de agosto de 2019.

**Rui Trindade**

Professor da Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação  
Universidade do Porto - Portugal